

Dos Povos Indígenas da Bahia

Para a Embaixada: _____

Brasília/DF, 05 de Julho de 2016

Prezado (a) Embaixador (a)

Nós povos indígenas da Bahia (Pataxó do Extremo sul, Tupinambá de Belmonte, Tupinambá de Olivença e Tumbalalá) nos reunimos em Brasília, no período de 03 a 08 de julho de 2016, para refletirmos sobre a atual conjuntura indigenista no País e tomarmos posições visando à garantia de nossos direitos, tão duramente conquistados e agora tão gananciosamente desejados pelo agronegócio brasileiro, que vê os nossos territórios como última fronteira para o avanço e concretização de seus projetos, e, portanto nos vê como empecilhos para este avanço devastador. Compreendemos que estes nossos direitos estão sob intenso e violento ataques. Dos 25 ataques paramilitares contra os Guarani Kaiowá em menos de um ano, no estado do Mato Grosso do Sul, dos despejos contra comunidades do povo Pataxó no extremo sul da Bahia, dos assassinatos e prisões de lideranças do povo Tupinambá, no sul da Bahia, à PEC 215/00 que tramita no Congresso Nacional, são recorrentes as situações nas quais somos atacados e nossos direitos atingidos.

Há uma organização muito bem estabelecida na condução desses ataques. O Massacre de Caarapó¹ não resulta de uma iniciativa isolada de alguns fazendeiros endoidecidos do interior do estado do Mato Grosso do Sul. Vejam no vídeo a incitação explícita ao ódio e ao uso da violência contra os povos indígenas feita por dois deputados federais expoentes membros da Frente Parlamentar Agropecuária, a chamada bancada ruralista, <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2014/02/em-video-deputado-diz-que-indios-gays-e-quilombos-nao-prestam.html>, bem como um ataque direto aos nossos povos indígenas na Bahia, mas

¹ <https://www.youtube.com/watch?v=slfJXEjQRA4>

que não está desconectado dos demais contextos:

<http://www.indiosonline.net/ruralista-incita-o-acirramento-da-violencia-contra-o-povo-tupinamba-de-olivenca-ilheusbahia-ameaca-a-demarcacao-do-territorio-indigena-na-regiao-e-em-todo-pais-o-fundamentalismo-ruralista-e-um-in/>

A tramitação da PEC 215/00, do PL 1610/96 e de outras proposições legislativas antiindígenas não é iniciativa de um ou outro parlamentar desarticulado.

Há interesses políticos e econômicos na raiz e no corpo destes ataques contra nossos povos e nossos direitos. Os responsáveis e os beneficiários diretos desse ataque são os mesmos sujeitos político-econômicos. Todos vinculados e defensores do modelo de exploração e produção fundamentalmente voltado à exportação de commodities agrícolas e minerais.

Prova disso, é o documento “Pauta Positiva – Biênio 2016/2017”² divulgado conjuntamente pela Frente Parlamentar Agropecuária e o Instituto Pensar Agropecuária, que reúne 38 associações nacionais e regionais de produtores de commodities agrícolas.

As associações que compõe o Instituto Pensar Agropecuária (IPA) trabalham fortemente com a pauta das exportações dos seus produtos.

Muitos países importam as commodities produzidas por esse setor extremamente agressivo aos direitos humanos e, em especial, agressivo e violento contra nossos povos e lideranças. Ao importar esses produtos oriundos do agronegócio do Brasil, entendemos que os países contribuem para fortalecer esse setor e, conseqüentemente, para manter esse processo de ataque, violências e violações que sofremos.

Diante disso, vimos até esta Embaixada para pedir que seu país pare de comprar produtos agrícolas oriundos do Brasil, em especial deste setor que utilizam destes artifícios e artimanhas e agridem nossas comunidades, fazendo com que estes produtos tenham “sabor de sangue indígena”, bem como muitos deles ligados ao trabalho e exploração escrava. Sugerimos que os senhores chamem os representantes do Instituto Pensar Agropecuária (IPA), das Associações de produtores das respectivas commodities importadas, da Frente Parlamentar Agropecuária, da Confederação Nacional da

² <http://www.fpagropecuaria.org.br/wp-content/uploads/2016/04/DOC-Pauta-Positiva-FPA.pdf>

Agricultura (CNA), das Federações de Sindicatos Rurais a esta ligados, e estabeleçam uma moratória nas importações, condicionando o retorno das compras desses produtos à mudança imediata de postura e atuação política desses setores em relação aos nossos direitos, aos nossos povos e às nossas lideranças. **Aqui fazemos um apelo ao seu país: Não contribua para a continuidade do roubo de nossas terras, do aprisionamento e da morte de nossas lideranças.**

Atenciosamente.

Caciques e Lideranças.